

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL

Aos 24 dias do mês de abril de 2018, pelas 15:25 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª parte

Audição do Ministro da Administração Interna, sobre a evolução da sinistralidade rodoviária em 2017, na sequência de requerimento do PSD

#### 2.ª parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 176/XIII/3.ª, 177/XIII/3.ª e 178/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 17 e 18 de abril de 2018

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audição do Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), sobre a segurança na Ponte sobre o Tejo

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.ª (PCP) - "Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro", 1345/XIII/3.ª (PCP) - "Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão", 1347/XIII/3.ª (PCP) - "Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia", 1491/XIII/3ª (BE) - "Recomenda ao Governo a criação da administração dos Portos do Algarve e a requalificação e valorização dos Portos Comerciais de Portimão e de Faro", 1494/XIII/3ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que, no âmbito da sua reconversão, pondere a não extinção do Porto Comercial de Faro e concretize com a rapidez possível as obras de melhoria previstas para o Porto de Portimão" e 1495/XIII/3ª (PS) - "Pela dinamização dos Portos do Algarve e da estratégia de dinamização do transporte marítimo"

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 166/XIII/1.ª (PCP) \_ Eliminação das portagens na A28, A41 e A29

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL**

5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 611/XIII/2.ª (PS) - "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes na travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 565/XIII/2.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que atribua prioridade à construção de uma nova travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 1167/XIII/3.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que assegure o ordenamento e gestão eficiente do tráfego na Ponte da Chamusca", 1248/XIII/3.ª (PCP) - "Pela eliminação das dificuldades de circulação entre os concelhos da Chamusca e da Golegã através da Ponte João Joaquim Isidro dos Reis" e 1376/XIII/3.ª (PSD) - "Recomendação ao Governo relativamente às acessibilidades nos concelhos de Chamusca e Golegã e normalização do tráfego rodoviário"

6. Outros assuntos

---

**1.ª parte**

**Audição do Ministro da Administração Interna, sobre a evolução da sinistralidade rodoviária em 2017, na sequência de requerimento do PSD**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas aos Senhores Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita e Secretário de Estado da Proteção Civil, Eng. José Artur Neves, cuja audição sobre a evolução da sinistralidade rodoviária em 2017 enquadrou no requerimento do PSD, explicando os tempos de intervenção.

O Senhor Ministro da Administração Interna interveio.

Em 1ª ronda, em que, também, a Senhora Vice-Presidente Hortense Martins (PS) assumiu a condução dos trabalhos, intervieram os Senhores Deputados Fátima Ramos (PSD), Ricardo Bexiga (PS), Heitor de Sousa (BE), Helder Amaral (CDS/PP) e

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL

Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Ministro da Administração Interna respondido individualmente às questões colocadas.

Na 2ª ronda, intervieram os Senhores Deputados Carlos Silva e José Carlos Barros (PSD), Carlos Pereira (PS), e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Ministro da Administração Interna respondido conjuntamente, a final, às questões colocadas e afirmado disponibilidade para fazer dois debates/balanço por ano com a Comissão.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu as informações prestadas pelo Senhor Ministro da Administração Interna, tendo a reunião, que teve [registo vídeo](#), sido suspensa e, de imediato, prosseguido com a

#### 2.ª parte

##### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 176/XIII/3.ª, 177/XIII/3.ª e 178/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 17 e 18 de abril de 2018**

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração as atas n.ºs 176/XIII/3.ª, 177/XIII/3.ª e 178/XIII/3.ª, relativas às reuniões de 17 e 18 de abril de 2018, que submeteu à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

##### **2. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audição do Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), sobre a segurança na Ponte sobre o Tejo**

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) apresentou, nos seus termos, o requerimento do PSD para audição do Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), sobre a segurança na Ponte sobre o Tejo.

O Senhor Presidente da Comissão colocou o requerimento do PSD à votação, que foi aprovado por unanimidade.

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL**

- 3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - "Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro", 1345/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - "Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão", 1347/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - "Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia", 1491/XIII/3<sup>a</sup> (BE) - "Recomenda ao Governo a criação da administração dos Portos do Algarve e a requalificação e valorização dos Portos Comerciais de Portimão e de Faro", 1494/XIII/3<sup>a</sup> (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que, no âmbito da sua reconversão, pondere a não extinção do Porto Comercial de Faro e concretize com a rapidez possível as obras de melhoria previstas para o Porto de Portimão" e 1495/XIII/3<sup>a</sup> (PS) - "Pela dinamização dos Portos do Algarve e da estratégia de dinamização do transporte marítimo"**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) usou da palavra para apresentar os Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.<sup>a</sup>, 1345/XIII/3.<sup>a</sup> e 1347/XIII/3.<sup>a</sup>, todos do PCP. Começou por referir que havia vários anos que o PCP tentava colocar na agenda do Parlamento a questão dos portos algarvios e da dinamização da atividade portuária do Algarve, tendo lembrado, a este propósito, um projeto de resolução de 2012, que foi rejeitado.

Referindo-se ao PJR n.º 1347/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP), argumentou que com esta iniciativa o PCP apenas sugere o que já se fez em todo o país com os portos de pesca, de recreio e comerciais. Lembrou que em 1998 decidiu-se a criação de cinco administrações portuárias – Douro e Leixões, Lisboa, Sines, Setúbal e Sesimbra, e Aveiro –, tendo três regiões (Viana do Castelo, Figueira da Foz e Algarve) ficado para uma segunda fase. Dez anos depois, continuou, avançou-se para a segunda fase, com a criação das administrações portuárias para estas regiões, tendo-se criado as de Viana do Castelo e da Figueira da Foz, e o Algarve, por razão inexplicável, não viu criada a administração portuária, tendo ficado “pendurado” no então IPTM, depois o anterior Governo passou a administração dos portos de pesca para a Docapesca e a dos portos comerciais para a Administração do Porto de Sines. Reitera que o que agora o seu grupo parlamentar propõe é o mesmo que já se criou para o resto do país, a

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL

criação da administração dos portos do Algarve, com gestão integrada dos portos de pesca, comerciais e de recreio. Referiu também a intenção anunciada pelo atual Governo, em dezembro de 2016, de criar uma entidade denominada Portos do Algarve, e considerou que enfermava do problema de deixar de fora os portos de pesca e de transferir a gestão dos portos comerciais para as autarquias, que não têm meios nem vocação para tal.

Quanto ao PJR n.º 1343/XIII/3.ª (PCP), referiu que o porto comercial de Faro tem tido variações muito significativas da carga movimentada. Lembrou que a Câmara Municipal de Faro tinha apresentado, em dezembro de 2017, uma proposta de desmantelamento deste porto e de utilização do terraplano que lhe está afeto para construção de marina de recreio, zonas residenciais, instalação de um centro de investigação científica, entre outros. Afirmou nada ter contra a instalação dessas infraestruturas, mas não podem ser feitas com sacrifício do porto comercial de Faro, que é essencial para a dinamização económica desta região. Considerou que o Algarve está muito aquém no que toca aos objetivos de transferir o transporte de carga do modo rodoviário para o modo marítimo e desmantelar este porto nada ajuda a atingir esses objetivos. Deu conta dos termos resolutivos e concluiu a apresentação desta iniciativa defendendo a utilização deste porto também para fins turísticos.

Finalmente, no que toca ao PJR n.º 1345/XIII/3.ª (PCP), lembrou que o Governo tinha anunciado um conjunto de obras para o Porto de Portimão, que saúdam mas consideram pouco. O alargamento de extensão do cais permitiria a atracagem simultânea de dois navios de cruzeiro, potenciando a vertente turística deste porto. Defende também que se volte a explorar a ligação marítima direta de Portimão à Madeira, de passageiros e carga rodada. Deu conta dos números desta ligação durante o tempo em que existiu e concluiu defendendo a recuperação dessa valência e pugnando pela existência em permanência de um rebocador no Algarve.

Pelo Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), foi apresentado o PJR n.º 1491/XIII/3.ª (BE). Lembrou que em 2014 o anterior Governo tinha procedido a uma divisão dos portos do Algarve, decisão com a qual o BE não concordou. Lembrou que, no âmbito do Plano Estratégicos de Transportes e Infraestruturas 2014-2010, os portos

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL

comerciais de Faro e Portimão tiveram um investimento inferior a 1%. Referiu também a decisão de criação de uma nova entidade pelo atual Governo, a Portos do Algarve, a ser gerida pela AMAL, a APS e a Docapesca, o que considerou preocupante, porque os municípios não terão muita vocação para gerir portos de pesca e comerciais nem terão meios para tal. Defendeu a criação de uma entidade autónoma dos portos comerciais de Portimão e Faro e a valorização da Docapesca, com dotação dos meios adequados para gerir os portos de pesca. Quanto ao porto de Portimão, defendeu a requalificação do porto de cruzeiros, tendo em conta o dinamismo desta atividade, podendo passar receber navios até 272 metros. Quanto ao porto comercial de Faro, não coloca de parte outras valências mas considera um erro para o tecido económico do Algarve a desafetação da parte comercial do porto de Faro. Concluiu defendendo também a necessidade de existir um rebocador no Algarve, que deve ficar em Portimão, podendo servir para outras zonas do Algarve, e dando conta dos termos resolutivos.

De seguida, a Senhora Deputada Ana Passos (PS) apresentou o PJR n.º 1495/XIII/3.ª (PS), lembrando que o Programa do Governo elege o mar como uma aposta no futuro e, em especial quanto aos portos, é colocada uma tónica particular na sua modernização e reforço, ligando-os à Rede Transeuropeia de Transportes. Fez também referência à Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, através da qual o Governo aprovou a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026. Referiu ainda o anúncio de alterações estruturais ao nível da gestão dos portos, nomeadamente no Algarve, tendo realçado a integração do porto de cruzeiros de Portimão na estratégia portuária nacional. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos e afirmando que a proposta do PS ia na linha do já apresentado pelo Governo à luz da descentralização das frentes ribeirinhas, tendo em conta o protocolo assinado com a AMAL para desenvolver a nova entidade dos portos do Algarve.

Por sua vez, o Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) apresentou o PJR n.º 1528/XIII/3.ª (PSD), tendo afirmado que em Portimão o diagnóstico estava feito há muito tempo, que a requalificação do porto de cruzeiros era um imperativo e havia consensos sobre as intervenções necessárias, sendo que a questão se colocava

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL

apenas em avançar com o investimento já anunciado. Quanto a Faro, a realidade era a de um sucessivo declínio no transporte de mercadorias e, neste enquadramento, o município de Faro tinha apresentado um projeto de reaproveitamento do espaço do porto comercial de Faro, na vertente da náutica de recreio. O Ministério do Mar decidiu nomear um grupo de trabalho para acompanhar este processo, decisão com que expressou concordância. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos.

Finalmente, o Senhor Presidente fez uma apresentação sucinta do PJR n.º 1494/XIII/3.ª, afirmando que esta iniciativa ia no sentido de apelar ao Governo que cumpra as promessas feitas, no plano de investimentos até 2030, nomeadamente, as obras necessárias para melhoria das condições de navegabilidade do porto de Portimão, o maior envolvimento das autarquias, e os novos regulamentos para a náutica de recreio. Lembrou que a Ministra do Mar tinha falado no aumento de capacidade dos portos de Leixões, Lisboa e Algarve para receber navios de cruzeiro. Ora, prosseguiu, isso pressupõe criação de capacidade de atracagem de navios e um rebocador no Algarve. Reiterou os termos resolutivos e abordou também a questão da reativação da linha de *ferry boat* entre o Algarve e a Madeira.

A discussão foi objeto de [gravação](#), a qual pode ser consultada nas páginas destas iniciativas na Internet.

#### **4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 166/XIII/1.ª (PCP) - Eliminação das portagens na A28, A41 e A29**

Este ponto foi adiado a pedido do Grupo parlamentar do CDS/PP/PP.

#### **5. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 611/XIII/2.ª (PS) - "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes na travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 565/XIII/2.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que atribua prioridade à construção de uma nova travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 1167/XIII/3.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que assegure o ordenamento e gestão**

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

**eficiente do tráfego na Ponte da Chamusca", 1248/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - "Pela eliminação das dificuldades de circulação entre os concelhos da Chamusca e da Golegã através da Ponte João Joaquim Isidro dos Reis" e 1376/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Recomendação ao Governo relativamente às acessibilidades nos concelhos de Chamusca e Golegã e normalização do tráfego rodoviário"**

Os Proponentes dos Projetos de Resolução n.ºs 611/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) - "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes na travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 565/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - "Recomenda ao Governo que atribua prioridade à construção de uma nova travessia do Rio Tejo, entre a Chamusca e a Golegã", 1167/XIII/3.<sup>a</sup> (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que assegure o ordenamento e gestão eficiente do tráfego na Ponte da Chamusca", 1248/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - "Pela eliminação das dificuldades de circulação entre os concelhos da Chamusca e da Golegã através da Ponte João Joaquim Isidro dos Reis" e 1376/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Recomendação ao Governo relativamente às acessibilidades nos concelhos de Chamusca e Golegã e normalização do tráfego rodoviário", apresentaram um texto de substituição que será enviado para votação em Plenário, na 5.<sup>a</sup> feira, com a informação da discussão, que não suscitou objeções.

### **6. Outros assuntos**

O Senhor Presidente da Comissão deu informações sobre:

- a reunião de dia 27 de abril, às 9h, conjunta com a CAE, para audição da Comissária do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, e, às 10h, para audição do Conselho de Administração da ANAC, para apresentação do plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento;
- a visita de Delegação da Comissão aos Açores está prevista de 9 a 13 de Junho, sublinhando a importância de fixar as datas, em diálogo com os Grupos parlamentares presentes, gerando-se consenso para que se mantenham perante eventual sobreposição com datas para jornadas parlamentares; salientou que os preços de hotel e avião poderão agravar com a proximidade da viagem, pelo que convém não





## **COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL**

atrasar as reservas e para fazer as reservas só com os nomes dos Deputados participantes, mas há a informação de que “cancelamentos ou alterações nos voos terão custos totais”, pelo que recordou esta consequência junto dos potenciais membros da Delegação.

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) lembrou a Decisão da Assembleia Legislativa Regional da Madeira com solução para o regime do subsídio de mobilidade, aprovada por unanimidade e que foi enviada à Assembleia da República, e pediu que a questão volte a ser rapidamente trabalhada na Assembleia da república.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) afirmou a compreensão do PS pela importância desta questão e aludiu às negociações em curso, entre Governos, perspectivando que tenham sucesso.

Prefere evitar a duplicação deste debate na Assembleia da República, correndo o risco de intoxicar o processo, e que se centre o debate entre Governos, dialogando com o Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) e

o Senhor Presidente da Comissão, que recordou que em 17 de Janeiro foi acordado o adiamento por 60 dias e considerou que, havendo este pedido, o Coordenador do Grupo de trabalho dos Transportes dará andamento ao processo, tendo

o Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) concordado, e

o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) discordado, reiterando a defesa do diálogo institucional entre Governos, e, sendo necessário, que se obtenha informação dos Governos.

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 abril 2018.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 179/XIII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Carlos Silva  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Fátima Ramos  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Helga Correia  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Moreira Testa  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
José Carlos Barros  
Paulo Neves  
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia